

NORTEC QUÍMICA S/A

CNPJ-MF 29.950.060/0001-57

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	13.741	15.540
Constituição da reserva legal – 5%	(687)	(777)
Base de cálculo	13.054	14.763
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.264	3.691
Total na forma de juros sobre capital próprio e na forma de dividendos	3.264	3.691
IR S/Juros sobre capital retidos	(450)	–
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar – passivo	2.814	3.691

c. Natureza e propósito das reservas. Reserva Legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros.** É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Cia. **22. Imposto de Renda e Contribuição Social: a. Reconciliação das despesas do IR e da CS correntes.** Os valores de IR e CS que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	19.893	23.203
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	2.282	1.866
Provisão de Perdas com Estoque	2.594	1.505
Provisão para contingências	129	156
Participação de dirigentes	295	67
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(1.622)	(2.415)
Reversão de Contingências	(506)	(466)
60% dispêndios com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(122)	(126)
Juros sobre capital próprio	(3.000)	–
Outros	(725)	(393)
Lucro tributável	19.218	23.397
IR e da CS - 34%	6.534	7.955
Outros	(139)	(24)
IR e CS - resultado	6.395	7.931
Alíquota efetiva	34%	34%

	31/12/2017	31/12/2016
23. Receita operacional líquida:		
Receita bruta	152.722	149.020
Menos:		
Vendas Canceladas	(1.837)	(4.385)
Impostos sobre vendas	(7.278)	(7.179)
	143.607	137.456

	31/12/2017	31/12/2016
24. Custos dos Produtos Vendidos:		
Custo dos Materiais	(68.951)	(65.764)
GGF e MOD	(34.613)	(30.953)
Custos Produtos Vendidos	(103.564)	(96.717)
Custos Produtos Vendidos	(2.147)	(3.037)
	(105.711)	(99.754)

	31/12/2017	31/12/2016
25. Despesas Administrativas:		
Impostos e Taxas	1.163	965
Despesas com Vendas	651	474
Sindicato e Associação de Classe	207	202
Depreciação	573	459
Despesas com Pesquisa & Desenvolvimento	203	208
Despesas com importação e exportação	163	490
Outros	420	1.387
	3.380	4.185

	31/12/2017	31/12/2016
26. Despesas com pessoal:		
Salários e Honorários	4.446	3.371
Encargos Sociais	1.955	1.670
Benefícios a Empregados	1.171	978
Participações aos empregados e administradores	833	584
Outros	1.200	972
	9.605	7.575

	31/12/2017	31/12/2016
27. Serviços de Terceiros:		
Segurança e Vigilância	708	705
Conservação e Limpeza	747	625
Auditoria Externa	331	200
Consultoria Técnica Especializada	466	463
Assessoria Jurídica	409	331
Outros	537	327
	3.198	2.651

	31/12/2017	31/12/2016
28. Ocupação e Utilidades.		
Material de Manutenção e Consumo	246	286
Seguros	375	531
Água e Esgoto	126	128
Telecomunicação	173	192
Outros	740	779
	1.660	1.916

	31/12/2017	31/12/2016
29. Despesas financeiras líquidas.		
Receitas financeiras	1.356	2.656
Rendimento de aplicações financeiras	1.027	1.562
Outros	329	1.094
Despesas financeiras	(1.942)	(1.973)
Juros	(918)	(493)
Variação cambial líquida	(215)	(80)
Comissões e despesas bancárias	(535)	(548)
Outros	(274)	(852)
Resultado financeiro líquido	(586)	683

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante	30.087	28.101
Passivo não circulante	17.354	17.695
Total	47.441	45.796
Ativo total	152.146	140.024
Índice de endividamento líquido	31%	33%

30.2. Categorias de instrumentos financeiros. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. foram:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	11.721	10.165
Contas a receber	28.767	16.327
Passivos financeiros		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	21.160	19.760
Fornecedores	11.693	9.620

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e me-

todologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Cia. não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção ("hedge") em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **30.3. Objetivos da Administração dos riscos financeiros.** O Departamento de Tesouraria Corporativa da Cia. coordena e administra os mercados financeiros domésticos e estrangeiros. A Cia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. **30.4. Riscos de mercado.** Por meio de suas atividades, a Cia. fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Cia. e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo. As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração. **30.5. Gestão de risco de taxa de câmbio.** A Cia. faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2017, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 1.50% frente ao real (2016 - desvalorização de 16,54%). A exposição ao risco de câmbio em 31/12/2017 e 31/12/2016, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

	Moeda de Exposição		
Ativo	31/12/2017	31/12/2016	
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	3.940	5.963	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	947	2.255	US\$
Adiantamento a fornecedores	237	221	US\$
Passivo: Seguro Transporte	294	255	US\$
Fornecedores estrangeiros	9.918	7.598	US\$

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a Cia. não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. **30.6. Gestão do risco de taxa de juros.** *Ativos financeiros.* Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$17.861 em 31/12/2017 (R\$19.888 em 31/12/2016) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados,

emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. *Passivos financeiros.* A Cia. está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtém empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$21.160 em 31/12/2017 (R\$19.760 em 31/12/2016). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado. **30.7. Gestão de risco de crédito.** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Cia. a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Cia. utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Cia. e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração. O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$28.767 em 31/12/2017 (R\$16.327 em 31/12/2016), tem como os maiores valores devidos pela, Bianver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brainfarm, Laboratório Teuto, Sanofi, Eurofarma Laboratórios S/A, Takeda Pharma Ltda, Cristália, União Química e Medley, foram os principais clientes da Cia. (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco. A Cia. não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Cia. não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros. As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$17.861 em 31/12/2017 (R\$19.888 em 31/12/2016), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. *Gestão do risco de liquidez.* A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Cia. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Cia. possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

	31/12/2017	31/12/2016
Em 31/12/2017 Menos de 1 ano Entre 1 e 3 anos Entre 4 e 5 anos Total		
Fornecedores	11.693	–
Financiamentos	6.000	12.143
		3.017
		21.160

A DIRETORIA - Marco Antônio Souza Medeiros - Contador CRC - RJ 084.090/O-7 - CPF 009.526.197-41

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Aos diretores e acionistas da Nortec Química S.A. Duque de Caxias - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A. em 31/12/2017, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita operacional líquida.

Veja as notas 6.3 e 23 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As receitas da Cia. derivam essencialmente de comercialização de produtos farmacêuticos, que geralmente é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são substancialmente transferidos ao comprador. O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Cia. envolve análise e monitoramento, a cada transação, do prazo de entrega dos produtos para os clientes, de forma a efetuar o registro apropriado das receitas de vendas, envolve julgamento na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega e na determinação do momento em que os riscos e benefícios dos produtos vendidos são transferidos para a contraparte, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício e, consequentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras. Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras, e do julgamento envolvido quanto à determinação do prazo médio de entrega dos produtos vendidos e do momento em que ocorre a transferência dos riscos e benefícios, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Análises, em base amostral, as notas fiscais de vendas, bem como os respectivos comprovantes de entrega dos produtos aos clientes e observamos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receita para as transações de vendas. Análises ao critério da Cia. para determinação do prazo médio de entrega dos produtos aos clientes, avaliamos a aplicação deste critério na mensuração da receita na data base e comparamos com os prazos médios efetivos das vendas efetuadas no final do exercício. Avaliamos ainda a adequação da divulgação nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de controles internos e testes substantivos, consideramos que o reconhecimento de receitas de vendas no tocante ao seu registro no período apropriado é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31/12/2017.

Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado. As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores.** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27/03/2018. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Carla Bellanger - Contadora CRC 15P196751/O-4.

	31/12/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Total
Fornecedores	9.620	–	–	–	9.620
Financiamentos	4.770	12.016	2.974	19.760	

30.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo. A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir: O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados. Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado. **31. Cobertura de seguros.** Em 31/12/2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$153.460 para danos materiais (R\$65.000 em 31/12/2016), e R\$32.000 para responsabilidade civil (R\$32.000 em 31/12/2016). **32. Lucro líquido por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício findo em 31/12/2017 e 2016, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.741	16.124
Lucro líquido	13.741	15.540
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	11.877	11.877
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	1,16	1,31

33. Eventos Subsequentes. 33.1. Recuperação do Faturamento. Conforme nota explicativa 1.3, a Cia. teve o faturamento interrompido pela não autorização da Anvisa para a produção de 5 produtos (Lamivudina, Zidovudina, Fenitoína, Efavirenz e Aciclovir). A Administração da Cia. realizou diversas ações para a liberação das vendas desses produtos conseguindo o registro do produto Fenitoína em 22/01/2018 e obteve as autorizações através de comunicados enviados pela Anvisa, em caráter de exceção para o produto Lamivudina em 02/01/2018. No período de 05 a 09/02/2018 a Cia. realizou uma inspeção em conjunto com representantes da Anvisa para certificar o fornecedor das Matérias Primas utilizadas nos produtos Lamivudina e Zidovudina, essa ação foi uma exigência do Órgão Regulador (Anvisa), para emissão do certificado de boas práticas. A Cia. espera obter o registro desse produto no 2º trimestre de 2018. **33.2. Órgão Ambiental.** Em 08/02/2018, o INEA - Instituto Estadual do Ambiente requereu da Cia. informações sobre o complemento de documentações ambientais, para renovação da licença de operação das unidades produtivas (010, 100, 200, 230 e 280). Nesta mesma data, foi recebida uma segunda notificação referente a atualização da documentação da ampliação do almoxarifado 710, para o cumprimento da Licença de Instalação. A Cia. protocolou parte das informações solicitadas em 22/03/2018 e as demais solicitações estão sendo preparadas e serão apresentadas no prazo de 45 a 90 dias da data da solicitação definido pelo órgão regulador. A Cia., não espera nenhuma restrição na obtenção das licenças de operação das unidades de produção.

Valorização de estoques de produtos acabados

Veja as notas 1.3 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Os estoques da Cia. mensurados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção e o valor líquido realizável. Esse custo pode não ser recuperável se os seus preços de venda tiverem diminuído. A administração avalia, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor de custo, a Cia. registra uma perda por redução ao valor recuperável. Durante o exercício de 2017, por decisão da ANVISA - Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, a Cia. teve a suspensão da produção e comercialização de certos produtos. Consequentemente, a Cia. foi requerida a reprogramar as atividades, substituindo os produtos a serem produzidos e os respectivos cronogramas de produção. Em decorrência deste evento, identificamos um risco de superavaliação no custo de produção dos produtos acabados, produzidos naquele período, podendo trazer impactos relevantes na sua valorização. Face ao exposto e devido à análise da recuperabilidade dos saldos de estoques de produtos acabados requerer avaliação criteriosa da Cia. e envolver julgamentos e premissas relativos, principalmente, a avaliação do valor de custo ou mercado, bem como pelo fato de qualquer mudança nessas premissas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para a auditoria.	Avaliamos o desenho dos controles internos relevantes relacionados ao registro e valorização dos estoques de produtos acabados. Os nossos procedimentos de auditoria também incluíram, com base em amostra, testes de recálculo do custo, revisão das premissas de rateio, provisão para os itens com valores superiores aos valores de mercado (testes de realização) e testes de documentação nos gastos gerais de fabricação. Efetuamos procedimentos analíticos para os itens selecionados nos testes de custo, observando consistência na apuração dos custos unitários apurados mensalmente. Adicionalmente, avaliamos a análise preparada pela Cia. sobre possíveis itens sem movimentação por um período maior do que um ano, com o objetivo avaliar a apropriada estimativa para obsolescência dos estoques. Avaliamos ainda a adequação da divulgação nas demonstrações financeiras. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao registro e valorização dos estoques de produtos acabados, identificamos deficiências que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliam a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos aceitável saldos dos estoques de produtos acabados no tocante a